



CÂMARA MUNICIPAL DO MARCO DE CANAVESES

MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES

AVISO Nº 2/2019

ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO URBANO COM ALVARÁ Nº 266/1981 CONSULTA PÚBLICA

---ENG. MÁRIO BRUNO SILVA MAGALHÃES, Vice - Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, torna público, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo DL 136/2014, de 9 de setembro, conjugado com o disposto no artigo A/2 - 41.º do Regulamento Municipal, que se encontra aberta, a partir do dia **10 de Janeiro de 2019** e por um período de **10 dias úteis**, a consulta pública relativa ao licenciamento da alteração ao Alvará de Loteamento n.º 333/1984 que decorre mediante o Processo n.º L-ALL 34/2018, requerido por José Barros de Carvalho, sito na Rua Dr. Adelino Príncipe, freguesia de Marco, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marco de Canaveses, sob o n.º 500/19920820, da freguesia de Marco, deste concelho, onde se pretende, no lote nº 6, ampliar o polígono para a parte posterior e consequentemente da área bruta de construção.-----

--- Qualquer observação ou sugestão deverá ser apresentada durante o período de exposição, no local de consulta, Paços do Concelho da Câmara Municipal e na Sede da Junta de Freguesia, da freguesia acima mencionada, por escrito, com a identificação completa do seu subscritor e a qualidade em que participa na consulta pública, ou em carta dirigida à Ex.mª Senhora Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, Largo Sacadura Cabral, 4630-219 – Marco de Canaveses.-----

--- Para constar e devidos efeitos se passou o presente aviso e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo e publicado no site da autarquia, em <http://www.cm-marco-canaveses.pt>.-----

---Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 08 de janeiro de 2019. -----

O VICE PRESIDENTE*

ENG. MÁRIO BRUNO SILVA MAGALHÃES

*Por delegação de competências.

Despacho nº 20/GP de 06/11/2017.